



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

ATA DE REUNIÃO Nº 6/2022 - CONSUNI (11.00.06)

Nº do Protocolo: 23006.006738/2024-10

Santo André-SP, 29 de Março de 2022

*(Assinado digitalmente em 28/03/2024 15:*

**45 )**

CAROLINA MOUTINHO DUQUE DE PINHO

*CHEFE - TITULAR (Titular)*

*SG (11.01.03)*

*Matrícula: 2133215*

*(Assinado digitalmente em 28/03/2024 11:*

**25 )**

FABIANE DE OLIVEIRA ALVES

*CHEFE - TITULAR (Titular)*

*SGDCONS (11.01.03.01)*

*Matrícula: 2736513*

*(Assinado digitalmente em 28/03/2024 11:*

**30 )**

JEANDERSON CARLOS DE SOUZA SILVA

*ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO*

*SGDCONS (11.01.03.01)*

*Matrícula: 3125523*

*(Assinado digitalmente em 28/03/2024 11:*

**10 )**

KATIA TONELLO SEMMELMANN

*ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO*

*SGDCONS (11.01.03.01)*

*Matrícula: 3125533*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sig.ufabc.edu.br/documentos/> informando seu número: **6**, ano: **2022**, tipo: **ATA DE REUNIÃO**, data de emissão: **28/03/2024** e o código de verificação: **7bec120a66**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Conselho Universitário**

**ATA Nº 02/EXTRAORDINÁRIA/CONSUNI/2022/SG-DC**

1 Aos 29 dias do mês de março do ano de 2022, no horário das 14h, remotamente por meio de  
2 videoconferência, realiza-se a II sessão extraordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da  
3 Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano 2022, previamente convocada e presidida pelo  
4 magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Wagner  
5 Alves Carvalho, vice-reitor; Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de Assuntos  
6 Comunitários e Políticas Afirmativas; André Mascioli Cravo, representante titular docente do  
7 Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Ângela Terumi Fushita, representante  
8 titular docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS);  
9 Armando Caputi, representante titular docente do CMCC; Charles Morphy Dias dos Santos, pró-  
10 reitor de Pós-Graduação; Cláudia Regina Vieira, representante titular docente do Centro de  
11 Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Cristina Froes de Borja Reis, representante titular  
12 docente do CECS; Dalmo Mandelli, representante titular docente do CCNH; Daniel Miranda  
13 Machado, representante suplente docente do CMCC; Elizabeth Teodorov, representante titular  
14 docente do CMCC; Fernanda Graziella Cardoso, pró-reitora de Graduação; Gabriella da  
15 Conceição Massafra Paiva, representante titular discente de Graduação; Gilberto Maringoni,  
16 representante titular docente do CECS; Giovana Louize da Silva, representante titular discente de  
17 Graduação; Giovanni Ferreira Marques, representante titular discente de Graduação; Guadalupe  
18 Maria J. A. de Almeida, representante titular docente do CECS; Jair Donadelli Júnior,  
19 representante titular docente do CMCC; Júlia de Holanda Poletto, representante titular discente  
20 de Graduação; Leonardo José Steil, pró-reitor de Extensão e Cultura; Luciana Aparecida  
21 Palharini, representante titular docente do CCNH; Luiz de Siqueira Martins Filho, representante  
22 titular docente do CECS; Marcelo Furlin, membro da comunidade civil externa; Márcia  
23 Aparecida Sperança, representante suplente docente do CCNH; Marcos Vinícius Pó, diretor do  
24 CECS; Matheus Lopes Silva, representante titular discente de Pós-Graduação; Mônica Schröder,  
25 pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Patrícia Dantoni, representante  
26 titular docente do CCNH; Paulo de Avila Junior, representante titular docente do CCNH; Rafael  
27 Arosa prol Otero, representante titular discente de Pós-Graduação; Renata Silva, representante  
28 titular dos técnicos administrativos; Ricardo José Andrade, representante titular dos técnicos  
29 administrativos; Roberta Kelly Amorim de França, representante titular dos técnicos  
30 administrativos; Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, diretor do CCNH; Ronaldo Cristiano  
31 Prati, representante titular docente do CMCC; Ronny Maciel de Mattos, representante titular  
32 Técnico-Administrativo; Sara Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de Administração; Sônia  
33 Maria Malmonge, pró-reitora de Pesquisa; Tatiana Lima Ferreira, diretora do CMCC. **Ausências**  
34 **justificadas**: Gisele Ducati, representante titular docente do CMCC; Hosana Meira da Silva,  
35 membro da comunidade civil externa. **Ausentes**: Gilberto Marcos Antônio Rodrigues,  
36 representante titular docente do CECS. **Não votantes**: Carolina Moutinho Duque de Pinho,  
37 secretária-geral; Ana Carolina Ribeiro Oliveira e Silva, representante suplente discente de Pós-  
38 Graduação; Anastasia Guidi Itokazu, representante suplente docente do CCNH; Bianca Barboza  
39 Bertolotto, discente de graduação; Cristiane Otero Reis Salum, representante suplente docente do  
40 CMCC; Daniel Pansarelli, coordenador do Comitê de Planejamento e Ações de Gestão Referente

41 ao Coronavírus da UFABC; Fábio Furlan Ferreira, pró-reitor adjunto de Pesquisa; Felipe  
42 Alencar, coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC  
43 (SinTUFABC); Gabriela Alves dos Santos, representante suplente discente de Graduação; João  
44 Paulo Gois, pró-reitor adjunto de Pós-Graduação; Karina Passalacqua Morelli Frin, representante  
45 suplente docente do CCNH; Leonel de Miranda Sampaio, pró-reitor adjunto de Planejamento e  
46 Desenvolvimento Institucional; Lígia Lopes Gomes, representante suplente Técnico-  
47 Administrativo; Luciana Paula Benetti, representante suplente discente de Pós-Graduação; Mara  
48 Lúcia Almeida Silva, pró-reitora adjunta de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas;  
49 Márcia Helena Alvim, vice-diretora do CCNH; Paulo Henrique de Sousa Pinheiro, representante  
50 suplente discente de Graduação; Raí Neres, discente de graduação; Roseli Frederigi Benassi,  
51 vice-diretora do CECS; Vanessa Cervelin Segura, pró-reitora adjunta de Administração; Vanessa  
52 Elena Bomfim, representante suplente dos técnicos administrativos; Vanessa Lucena Empinotti,  
53 representante suplente docente do CECS; Wesley Góis, pró-reitor adjunto de Graduação. **Apoio**  
54 **administrativo:** Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, e Jeanderson Carlos  
55 de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em administração da Divisão de  
56 Conselhos da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente abre a sessão às 14h07, com  
57 o **Expediente:** Minuta de resolução que suspende o Plano de Retomada Gradual das Atividades  
58 Presenciais na UFABC, aprovado pelo Ato Decisório ConsUni nº 188 e atualizado pelo Ato  
59 Decisório ConsUni nº 204. O presidente informa que a Reitoria esteve em reuniões com diversas  
60 representações da universidade, além de ter recebido uma série de manifestações acerca da  
61 matéria em discussão, salientando que todas as preocupações e anseios da comunidade foram  
62 levados em consideração. Destaca a necessidade de manter a UFABC como uma universidade  
63 socialmente referenciada, mantendo-se as políticas afirmativas, de interdisciplinaridade, de  
64 excelência no compromisso de manter a UFABC integrada à sociedade, como explicitado no  
65 preâmbulo da minuta. Esclarece que há a realidade da emergência na retomada das atividades  
66 presenciais na UFABC, sem se abster da segurança que foi primada durante os últimos dois anos,  
67 sob a proteção da vacina e do uso dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) adequados,  
68 sem abandonar as precauções. Ressalta a importância dos princípios presentes nas manifestações  
69 encaminhadas e declara que a Reitoria e o corpo de dirigentes tem plena concordância com as  
70 necessidades apontadas, sendo a primeira delas a manutenção da serenidade e da transparência  
71 para tratar dos assuntos atinentes à retomada com segurança, escolhendo o momento adequado  
72 para tratar de questões que surgiram na conjuntura da pandemia. Esclarece que o ensino híbrido  
73 não deve ser confundido com as práticas adotadas emergencialmente no ensino remoto,  
74 reiterando que o ensino híbrido sequer está regulamentado no país. Pontua, contudo, que esse  
75 assunto deve ser continuamente discutido com a comunidade acadêmica, averiguando quais  
76 avanços são possíveis do ponto de vista pedagógico e didático, aproveitando-se do aprendizado  
77 adquirido no uso de tecnologias, produzindo uma discussão amadurecida e séria, sem  
78 comprometer a qualidade do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFABC. Além disso,  
79 destaca que as práticas no exercício do trabalho dos servidores e servidoras, no que diz respeito  
80 às atividades remotas, não podem ser confundidas com o teletrabalho, que está em discussão,  
81 para a devida regulamentação com as categorias e com o sindicato. Ressalta, porém, a  
82 necessidade de deliberação das condições da retomada das atividades presenciais em condições  
83 de segurança. Informa que a minuta propõe que nos meses de abril e maio a universidade se  
84 prepare para a retomada, para que, somente em junho, as atividades didáticas, com maior  
85 percentual de presencialidade, possam se efetivar. Pontua que esses meses serão fundamentais  
86 para que todos e todas possam se rearranjar e se readequar ao espaço de trabalho nos dois *campi*  
87 e que as atividades presenciais possam ser executadas com tranquilidade, principalmente no que  
88 tange à oferta para o início do 2º quadrimestre dos serviços de concessão e dos contratados, que  
89 nos servem cotidianamente e necessitam das definições da universidade para se organizarem e

90 iniciarem seus serviços. Entende, no entanto, que diversas decisões terão que ser construídas  
91 justamente nesse período de transição, pois nem todas as variáveis são possíveis de serem  
92 previstas. Nesse sentido, acredita ser importante que este Conselho chegue a bom termo das  
93 questões fundamentais para definição na minuta hoje discutida e entende que o 2º quadrimestre  
94 ainda terá características dos Quadrimestres Suplementares (QS), uma vez que uma pequena  
95 parte das atividades didáticas permanecerá no formato remoto. Acrescenta que este período de  
96 transição será fundamental para a retomada do trabalho presencial de modo integral no 3º  
97 quadrimestre, desde que, evidentemente, as condições sanitárias na UFABC permitam. Esclarece  
98 que algumas questões, para além da pandemia, terão que continuar em discussão como as  
99 restrições orçamentárias que enfrentamos. Destaca que esteve em contato com as demais  
100 universidades federais e, de modo geral, todas enfrentam as mesmas condições de restrições. Por  
101 fim, ressalta a importância do enfrentamento conjunto das adversidades nesse período de  
102 transição para a retomada das atividades presenciais. Passa a palavra a Felipe Alencar,  
103 coordenador-geral do SinTUFABC, que faz a leitura de uma carta na qual se manifesta o  
104 posicionamento dos servidores técnicos-administrativos em relação à retomada segura das  
105 atividades presenciais e as condições imprescindíveis para tal. Na sequência, o representante da  
106 área demandante, Daniel Pansarelli, apresenta a minuta e destaca um breve histórico acerca das  
107 reuniões que ocorreram durante a semana com as diversas categorias da universidade elencando  
108 as principais preocupações levantadas: i) manutenção do fornecimento e da obrigatoriedade do  
109 uso de máscaras PFF2 ou N95; ii) manutenção ou atualização dos protocolos de biossegurança;  
110 iii) exigência da comprovação do esquema vacinal completo; iv) manutenção do monitoramento  
111 e testagem; v) manutenção do Grupo Ampliado de Risco; vi) necessária retomada de toda  
112 estrutura de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão; vii) condições de alimentação  
113 dos técnicos-administrativos, atrelados aos protocolos de biossegurança; viii) indicação da  
114 categoria docente sobre a não adoção de práticas que se aproximem do ensino híbrido; ix)  
115 retomada do fretado sem reduções; x) retomada do Restaurante Universitário (RU), se  
116 necessário, com a aplicação de medidas paliativas emergenciais para o início do quadrimestre;  
117 xi) estabelecimento de reuniões entre entidades e representações estudantis com as Pró-Reitorias  
118 de Graduação (ProGrad) e de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) nos meses  
119 de abril e maio. Informa que foi enviada a todos e todas uma carta elaborada pelos representantes  
120 discentes da pós-graduação, com a colaboração de coletivos e diretórios estudantis, que aponta  
121 diversas preocupações dos alunos e sugere aos conselheiros que façam uma leitura atenta do  
122 material encaminhado. Com relação aos contratos referentes ao RU e ao fretado, informa que  
123 estão sendo providenciados e tranquiliza a todos que os protocolos de biossegurança serão  
124 mantidos e atualizados pela Seção de Engenharia de Segurança do Trabalho (SEST), em diálogo  
125 com a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP). Declara que será mantido o  
126 Núcleo de Monitoramento e Testagem, inclusive com a testagem individual de até 2.000 testes  
127 semanais, e além da testagem do esgoto e do ar nas dependências da UFABC. Por fim, ressalta  
128 que a minuta apresentada reflete os anseios e preocupações da comunidade da melhor maneira  
129 possível e se coloca à disposição para esclarecimentos. Em discussão, são levantados os  
130 seguintes pontos: 1) questiona-se, no Art. 5º, o que se entende por manutenção das regras do QS,  
131 uma vez que essas regras se referem às aulas no modo remoto, não sendo possível a aplicação de  
132 algumas delas no modo presencial; 2) manifesta-se estranheza, com relação ao uso da expressão  
133 “no que couber”, no Art. 5º, pois pode gerar desentendimentos na comunidade acadêmica,  
134 solicitando sua supressão; 3) registra-se que decisões didáticas e pedagógicas devam ser  
135 deliberadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsePE); 4) declara-se apoio ao  
136 retorno das atividades presenciais, porém discutindo-se as demandas de permanência estudantil,  
137 além das regras para o 2º quadrimestre, classificado como um quadrimestre de transição e  
138 solicita-se que as regras do QS permaneçam as mesmas, com pequenos ajustes se necessário; 5)

139 solicita-se que seja garantida a aplicação do Grupo Ampliado de Risco (GAR) aos alunos, com a  
140 identificação dos estudantes pertencentes a esse grupo para que não tenham nenhum tipo de  
141 prejuízo; 6) questiona-se como será feito o controle dos comprovantes de vacinação, tendo em  
142 vista que o número de pessoas circulando nos *campi* vai aumentar; 7) sugere-se que seja feita  
143 uma discussão concomitante acerca do documento elaborado pelos discentes de pós-graduação,  
144 tendo em vista abarcar diversas preocupações da comunidade; 8) manifesta-se preocupação  
145 acerca da alteração das regras dos QS durante o quadrimestre de transição, gerando prejuízos aos  
146 alunos. Sugere-se que quaisquer alterações de regras sejam feitas para os próximos  
147 quadrimestres; 9) sugere-se que seja especificado, na minuta, quais procedimentos serão tomados  
148 em relação às aulas presenciais. Nesse sentido, questiona-se sobre a exigência de presença dos  
149 discentes em sala de aula, quando do retorno presencial, uma vez que há dúvida quanto a esse  
150 direito de exigir, apontando que há divergência de entendimento entre as resoluções ConsEPE nº  
151 245 e nº 240, que tratam do tema; 10) pondera-se se a manutenção das Resoluções ConsEPE nº  
152 240 e 245 da maneira como se encontram, causarão confusão nos alunos ou, ainda, serão  
153 geradoras de ensino híbrido, portanto, sugere-se, no Art. 5º, ao invés da supressão da expressão  
154 “no que couber”, que sejam explicitados os procedimentos em cada um dos componentes  
155 oferecidos, sejam presenciais ou remotos; 11) sugere-se, ao final do parágrafo único, do Art. 2º, a  
156 inserção da seguinte frase: “considerando a especificidade de cada área e disponibilidade de  
157 pessoal”; 12) sugere-se, no Art. 5º, onde se lê: “O 2º quadrimestre de 2022 será considerado um  
158 Quadrimestre Suplementar, permanecendo válidas durante esse quadrimestre, no que couber, as  
159 resoluções ConsEPE nº 240 e nº 245, incluindo suas modificações, além de outras normativas  
160 pertinentes”. Leia-se: “O 2º quadrimestre de 2022 será considerado um Quadrimestre  
161 Suplementar, permanecendo válidas durante esse quadrimestre as resoluções ConsEPE nº 240 e  
162 nº 245, incluindo suas modificações, além de outras normativas pertinentes. Parágrafo único. No  
163 caso de discentes identificados no Grupo Ampliado de Risco, as normativas, caso necessário,  
164 serão complementadas pelas instâncias competentes”. A proposta visa à conciliação de regras já  
165 estabelecidas pelas Resoluções ConsEPE nº 245 e nº 240, buscando operacionalizá-las de modo  
166 mais otimizado durante o 2º quadrimestre de 2022; 13) manifesta-se preocupação acerca das  
167 questões relacionadas às pesquisas na UFABC; 14) solicita-se a garantia de oferta de aulas e  
168 trabalho remoto aos técnicos-administrativos (TA) e alunos pertencentes ao GAR; 15) manifesta-  
169 se preocupação quanto à permanência estudantil no que tange à alimentação, visto que mesmo  
170 com a oferta do vale refeição como medida paliativa de auxílio aos alunos, os *campi* da UFABC  
171 carecem de restaurantes em seu entorno; 16) sugere-se inverter a ordem dos Art. 2º e 3º, no  
172 intuito de determinar uma continuidade das ações; 17) sugere-se adotar o preâmbulo contido na  
173 proposta enviada pelos discentes de pós-graduação, por conter palavras-chave importantes na  
174 consideração do texto; 18) manifesta-se preocupação quanto às incertezas do retorno presencial  
175 completo e solicita-se a manutenção e atualização dos Planos de Execução Locais, sob o  
176 argumento de que eles são importantes para a orientação da comunidade e organização das áreas;  
177 19) sugere-se a inclusão de 4 itens no Art. 2º, quais sejam: “I. Cada um dos setores  
178 administrativos da universidade, acompanhados pela CISSP e as entidades representativas,  
179 deverá preparar um Plano de Execução, descrevendo a forma como serão implementadas as  
180 medidas para a retomada presencial no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta  
181 resolução. II. Fica definido que os Planos de Execução Local considerarão a possibilidade de  
182 manutenção do trabalho remoto ou híbrido com escala de trabalho, se necessário, para as  
183 atividades que podem continuar nesse formato. III. Os Planos de Execução Local, sob  
184 responsabilidade do dirigente máximo de cada área, validados pela SEST e CISSP, devem ser  
185 publicados na página da UFABC, em espaço exclusivo para divulgação de todos os Planos, onde  
186 deverá ser mantido o registro da evolução das fases. IV. O avanço institucional da política  
187 teletrabalho deverá nortear o retorno presencial dos setores administrativos integral a partir de 1

188 de junho de 2022, na ausência de uma política oficial, recomenda-se jornada diária de 5h,  
189 evitando-se a refeição na Universidade.”; 20) solicita-se esclarecimento quanto ao uso dos  
190 laboratórios de pesquisa, dos laboratórios multicentros e das centrais multiusuários e como  
191 ocorrerão as pesquisas e trabalhos relacionados aos discentes da pós-graduação; 21) sugere-se a  
192 inclusão de dois novos artigos na resolução, quais sejam: “Art. xxxº Fica garantida a retomada e  
193 continuidade de serviços necessários à permanência estudantil da partir do 2º quadrimestre de  
194 2022, respeitando as condições mínimas de subsídio e oferta nos parâmetros contratuais vigentes  
195 no momento de suspensão das atividades presenciais (tratando-se de serviços terceirizados) e  
196 garantindo o pleno funcionamento dos serviços oferecidos pela Universidade, a saber: I.  
197 transporte intercampi (fretados); II. Restaurantes Universitário (RU); III. Bibliotecas; IV. Copas.  
198 §1º Deverão ser retomadas os contratos suspensos e licitações, quando necessário, de demais  
199 serviços não-subsidiados necessários à permanência estudantil nos campi, a saber: I. Serviços de  
200 fotocópia e encadernação (xerox); II. Lanchonetes. §2º Caso os serviços determinados no caput  
201 não sejam retomados no prazo de início das atividades presenciais regulamentadas nesta  
202 resolução, serão tomadas medidas paliativas até a normalização de sua oferta. Art. xxxº Fica  
203 garantida a manutenção do pagamento de bolsas institucionais e auxílios socioeconômicos. §1º  
204 Observado aumento na demanda dos auxílios socioeconômicos, nas categorias de Permanência,  
205 Moradia, alimentação, creche, acessibilidade e monitoria inclusiva ou eventuais auxílios  
206 emergenciais (complementares a estes ou voltados à aquisição de EPI), a universidade alocará  
207 recursos financeiros a fim de suprir a demanda de candidatos elegíveis, respeitando-se a  
208 Resolução de Diretrizes Orçamentárias anual. §2º Caso necessário, a Pró-Reitoria de Assuntos  
209 Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP)adequará o calendário de inscrições e convocações  
210 para os editais de auxílios socioeconômicos de acordo com os prazos de matrícula e  
211 planejamento de início das atividades presenciais a fim de acolher estudantes ainda não  
212 contemplados.”; 22) questiona-se se a UFABC irá fornecer máscaras de alta filtragem aos  
213 servidores e alunos em situação de vulnerabilidade. Ainda, levanta-se preocupação quanto à  
214 alimentação, pontuando que a UFABC deve fornecer alimentação adequada aos discentes e  
215 servidores, mesmo não havendo funcionamento do Restaurante Universitário (RU); 23) aponta-  
216 se que será necessário estabelecer regras de transição até a retomada total, sobretudo no que trata  
217 de local adequado para alimentação, o que pode impactar no horário de trabalho dos servidores,  
218 por exemplo; 24) sugere-se que a Gestão busque como alternativa para fornecimento de  
219 alimentação associações que trabalhem com esse serviço, acreditando que tal acordo seria salutar  
220 ao fortalecimento do papel social da UFABC, além de contribuir para o crescimento dessas  
221 instituições, bem como a geração de emprego; 25) aponta-se a necessidade de que a Gestão  
222 apresente, em outras oportunidades, minutas que representem, de fato, o acúmulo de discussões  
223 anteriores, o que facilita a discussão e a construção do documento e evita o prolongamento de  
224 discussões sobre algo já discutido; 26) questiona-se quais seriam os documentos norteadores da  
225 comunidade até a retomada presencial, prevista para o dia 1º de junho, considerando que a  
226 comunidade não pode ficar sem orientações ou garantias até a data prevista; 27) defende-se que  
227 haja uma maior participação e interação nas discussões, sobretudo no período de transição até a  
228 retomada; 28) registra-se discordância com relação à avaliação de que as discussões acerca da  
229 retomada estariam acontecendo de maneira antidemocrática, uma vez que tem ocorrido em  
230 diálogo com diversos atores; 29) defende-se que os planos de execução locais não precisam ser  
231 desconsiderados, uma vez que, por se tratar de uma pandemia, talvez seja necessária a  
232 revisão dos protocolos de biossegurança, no sentido de adaptá-los ao cenário em que estiver  
233 colocado; 30) propõe-se um novo parágrafo para o Art. 2º, a fim de garantir a necessidade de  
234 atualização dos planos de execução; 31) propõe-se a inclusão de um novo artigo, com nova  
235 redação, com intuito de prorrogar a vigência dos planos de execução locais por 30 dias, a contar  
236 da publicação da minuta em pauta, bem como reforçar a retomada do atendimento presencial a

237 partir de 1º de junho. Em resposta aos comentários, Daniel Pansarelli ressalta a importância de  
238 aprender com o passado para construir o melhor retorno possível. Ademais, informa que boa  
239 parte das preocupações levantadas foram levadas em consideração e pontua a necessidade da  
240 aprovação dos termos gerais da retomada no âmbito do ConsUni para que, eventualmente, o  
241 ConsEPE ou a Comissão de Graduação (CG) possam se reunir e produzir orientações adicionais  
242 com regras de transição mais específicas. Informa que o ConsEPE já esteve reunido, em sessão  
243 extraordinária, justamente para discutir o início do planejamento para o retorno presencial. Em  
244 complemento, o presidente entende que estas são questões de competência do ConsEPE e da CG,  
245 que devem providenciar os ajustes necessários nas regulamentações das Resoluções ConsEPE nº  
246 240 e 245, no intuito de que se tornem exequíveis nesse período de transição. Em Questão de  
247 Ordem, solicita-se que o documento com as alterações já acatadas pelo relator seja apresentado.  
248 Ao que o presidente informa que Daniel Pansarelli fará os devidos esclarecimentos  
249 posteriormente acerca do documento encaminhado e daquele mostrado na apresentação. Com a  
250 palavra, a pró-reitora de Graduação, Fernanda Cardoso, solicita que, no Art. 5º, seja retirada a  
251 expressão “no que couber”, reiterando a preocupação levantada pelos conselheiros. Além disso,  
252 informa que a ProGrad já vem trabalhando em documentos orientativos e um *Frequently Asked*  
253 *Questions* (FAQ), visando a orientar a comunidade acerca da dinâmica das atividades neste  
254 momento de transição. O presidente, com relação à sugestão de que também se discuta o  
255 documento elaborado pelos discentes de pós-graduação, acredita ser melhor que as propostas de  
256 alteração sejam feitas todas em cima da minuta apresentada pela relatoria, sugerindo que seja  
257 feita uma discussão artigo a artigo, assim, os alunos podem indicar as alterações pretendidas em  
258 momento oportuno. Em Questão de Ordem, registra-se que a minuta elaborada pelos estudantes  
259 tinha concordância por parte da Reitoria, inclusive com elementos que foram sinalizados pela  
260 própria Gestão e solicita-se, novamente, que as falas sejam interrompidas e o documento  
261 apresentado seja aquele com as alterações acatadas e sinalizadas pela relatoria. Em  
262 esclarecimento às Questões de Ordem, Daniel Pansarelli informa que o texto que está sendo  
263 utilizado como referência para a discussão é aquele enviado aos conselheiros e conselheiras pela  
264 Divisão de Conselhos e que consta na página do ConsUni. Neste texto, declara que já estão  
265 incorporadas todas as discussões que vinha fazendo desde a semana anterior com as categorias  
266 da universidade, contemplando as propostas feitas nas reuniões anteriores. Elucida que não  
267 incorporou as propostas de alterações encaminhadas pelos estudantes de pós-graduação, pois  
268 foram encaminhadas ontem pela manhã, ou seja, posteriormente ao envio da pauta aos  
269 conselheiros e às conselheiras. Além disso, em respeito às três entidades estudantis que  
270 participaram das reuniões com ele, não se sentiu à vontade para introduzir elementos novos à  
271 minuta, porém não se opõe que sejam feitas sugestões ao longo da reunião de hoje. Reforça o  
272 pedido para que sejam encaminhadas propostas de textos no *chat* para facilitar as alterações no  
273 documento. Quanto à sugestão, no Art. 5º, para que sejam explicitados os procedimentos em  
274 cada um dos componentes oferecidos, sejam eles presenciais ou remotos, considera que tal  
275 proposta pode trazer mais dúvidas do que explicações e prefere não acatar. Por outro lado, acata  
276 a sugestão de redação para o Art. 5º, que trata da operacionalização das regras estabelecidas, com  
277 a condição de supressão da expressão “caso necessário”, em seu parágrafo único. Também acata  
278 a proposta de supressão da expressão “no que couber”, no Art. 5º. Com relação ao GAR, recorda  
279 a todos que o Ato Decisório ConsUni nº 205, que estabelece o GAR, é válido para toda a  
280 comunidade acadêmica, amparando, inclusive, os estudantes. Comunica que está agendada uma  
281 reunião com os discentes, com a participação da ProAP e da Reitoria, para que sejam pensadas  
282 maneiras de operacionalizar o direito dos estudantes pertencentes ao GAR de maneira adequada.  
283 Ademais, considera adequado que sejam construídas orientações e se necessário,  
284 regulamentações complementares para orientar os alunos pertencentes a este grupo, durante o 2º  
285 quadrimestre. Quanto ao comprovante de vacinação, esclarece que já há a cobrança de modo

286 eficiente. Esclarece que os alunos o enviam o comprovante uma única vez, antes do início do  
287 quadrimestre e, após conferência o documento, segue para arquivamento. Comunica que o  
288 processo necessita de pequenos ajustes e será expandido para toda a comunidade. Não concorda  
289 com a pormenorização desse procedimento na minuta, pois, ocorrendo qualquer mudança no  
290 processo, a resolução seria descumprida. Avalia que o mais importante é que esteja expresso, no  
291 documento, a exigência da apresentação do comprovante, assim, a Gestão tem a obrigação de  
292 cumpri-la. Acata a sugestão de adição do texto: “considerando a especificidade de cada área e  
293 disponibilidade de pessoal”, ao final do parágrafo único, do Art. 2º. Com relação à sugestão de  
294 inversão dos Art. 2º e 3º, acata a proposta. Ainda, não vê prejuízos em acatar a sugestão de  
295 adoção do preâmbulo contido na minuta encaminhada pelos discentes de pós-graduação. Quanto  
296 aos serviços de apoio da UFABC, esclarece que está em contato permanente com a Prefeitura  
297 Universitária (PU) e que as medidas para a viabilização dos serviços de cantina, reprografia e de  
298 transporte estão sendo tomadas para que essas atividades sejam retomadas a partir do dia 1º de  
299 junho. Com relação ao RU, atualiza que o termo de referência está em processo de elaboração e  
300 informa que, caso os restaurantes universitários não estejam em funcionamento quando as  
301 atividades presenciais se iniciarem, diversas alternativas estão sendo discutidas com o corpo  
302 discente. Ainda nesse sentido, pontua que tanto a qualidade quanto o preço compatíveis com os  
303 padrões do RU estão sendo levados em consideração na contratação de uma opção alternativa até  
304 que o RU volte a funcionar. Acrescenta que a UFABC vai oferecer máscaras de alta filtragem  
305 aos servidores e estudantes em situação de vulnerabilidade e que esses acessórios já estão  
306 disponíveis. Além disso, destaca que será paga uma ajuda de custo para aquisição de máscaras  
307 aos estudantes em situação de vulnerabilidade que solicitarem. Quanto à jornada de trabalho e à  
308 implementação do teletrabalho, Daniel Pansarelli esclarece a resolução ora aprovada não parece  
309 ser a melhor normativa para tais regramentos. Ademais, quanto à questão da redução de carga  
310 horária, entende que, se necessário, serão os protocolos de biossegurança e não a resolução  
311 aprovada que imporá adequações. Pontua que o período de transição, até a retomada total em 1º  
312 de junho, terá como característica o baixo volume de circulação de pessoas nos *campi*, o que não  
313 deve impactar na jornada de trabalho e tem como objetivo a readaptação dos servidores ao  
314 trabalho presencial, bem como a verificação de sua estação de trabalho presencial e providências  
315 necessárias para o retorno. Com relação ao teletrabalho, afirma o compromisso de que a  
316 resolução estará na pauta da próxima sessão ordinária do ConsUni, após consulta a toda a  
317 comunidade acadêmica. O relator acata, também, a sugestão de redação que trata da garantia de  
318 retomada e continuidade de serviços necessários à permanência estudantil. Quanto à sugestão de  
319 redação que trata da manutenção de bolsas, que conversa com a questão orçamentária, o relator  
320 aponta a necessidade de separação do documento em discussão, que trata de retomada, das  
321 pautas orçamentárias, acreditando não ser salutar estabelecer um regramento complementar  
322 sobre o assunto num documento que não seja a Resolução de Diretrizes Orçamentárias da  
323 UFABC (RDO). Dessa forma, Daniel Pansarelli, decide por acatar o texto sugerido, porém,  
324 acrescentando a observação de que seja respeitada a ordem de prioridade estabelecida pela RDO.  
325 A área proponente não se opõe à sugestão e o texto é incorporado. Quanto às propostas de  
326 alteração no Art. 5º, Fernanda Cardoso informa que a supressão do termo “no que couber” faz  
327 contemplar todas as regras das Resoluções ConsEPE nº 240 e nº 245 que necessitam ser  
328 mantidas. Lembra que a Resolução ConsEPE nº 240 regulamenta todas as atividades  
329 acadêmicas remotas do QS e é complementada pela Resolução ConsEPE nº 245 que prevê a  
330 possibilidade de oferta de disciplinas com componentes presenciais. Destaca que apesar da  
331 existência de um artigo que sinaliza, na Resolução ConsEPE nº 245, que os discentes terão a  
332 presença exigida, a Resolução ConsEPE nº 240 está mantida no que se refere às possibilidades  
333 de atribuição de conceito, portanto a presença não pode ser cobrada como fator que implique em  
334 reprovação. Quanto à possibilidade da oferta de disciplinas com formato híbrido, isto é, que



335 contenham componentes remotos e presenciais, esclarece que algumas disciplinas foram  
336 estabelecidas neste formato, pois algumas coordenações de curso optaram por alocar mais de um  
337 docente responsável por essas disciplinas e alguns deles se encontram no GAR, portanto, a parte  
338 teórica acontecerá remotamente, e a parte prática acontecerá na modalidade presencial. Com  
339 relação à aplicação do GAR aos discentes, informa que o que está sendo empregado no momento  
340 é que a adesão dos discentes ao QS é facultativa, além da possibilidade da solicitação de Estudo  
341 Dirigido para os alunos concluintes e, em caráter mais específico, a Resolução CG nº 25, que  
342 dispõe sobre o procedimento para o Regime de Exercícios Domiciliares. Acredita que não há a  
343 necessidade de alteração de nenhuma regra vigente, uma vez que as Resoluções aprovadas até o  
344 momento contemplam as preocupações dos discentes. Novamente com a palavra, Daniel  
345 Pansarelli, quanto à proposta de manutenção de atividades remotas, manifesta discordância, uma  
346 vez que o documento em discussão visa à suspensão do plano de retomada, acreditando que a  
347 manutenção de atividades remotas contraria o objetivo do documento. Quanto às propostas de  
348 alteração que citam a manutenção dos Planos de Execução Locais, acredita que não serão  
349 pertinentes, uma vez que estão ligados ao Plano de Retomada Gradual, que está sendo suspenso e  
350 que as regras de circulação e número de pessoas por setor, serão estipuladas pela SEST e pela  
351 CISSP que abarcam a universidade toda. Considera que a suspensão do plano de retomada  
352 implica na necessidade de que novos protocolos gerais de biossegurança sejam estabelecidos,  
353 não havendo mais o que se falar em planos de execução locais, discordando da proposta de sua  
354 manutenção. Considerando a posição do relator, manifesta-se a opção pela manutenção da  
355 proposta de permanência dos planos de execução locais na minuta. Sobre esse ponto, o  
356 presidente discorre sobre a divergência, pontuando que não se trata de desfazer aquilo que foi  
357 feito, mas, talvez, de reaproveitar esses planos e adaptá-los ao cenário de transição que se coloca  
358 com a eventual suspensão do plano de retomada, o que demanda discussões que devem ser  
359 realizadas democraticamente com todos os agentes interessados, não havendo o que se falar em  
360 processo antidemocrático. Com a palavra novamente, Daniel Pansarelli diz entender que a  
361 proposta de manutenção dos planos de execução locais tem como intenção a orientação da  
362 comunidade durante esse período de transição, todavia entende que tais orientações podem ser  
363 colocadas no Art. 2º da minuta, não no Art. 1º. Reforça não acreditar ser salutar a fixação da  
364 manutenção dos planos de execução locais como documentos orientadores, como o proposto,  
365 destacando que esses são parte da Fase 1 do plano de retomada, que está sendo superada neste  
366 momento, o que demanda da UFABC um novo padrão de ação voltado à estruturação de seu  
367 espaço para a retomada em junho. Diante disso, propõe um segundo parágrafo, no Art. 2º, para  
368 orientar e garantir que a ampliação do trabalho presencial das áreas deva ser condicionada à  
369 divulgação dos protocolos gerais de biossegurança, que deverão ser elaborados pela Seção de  
370 Engenharia de Segurança do Trabalho (SEST) e pela Comissão Interna de Saúde do Servidor  
371 Público (CISSP). Acrescenta que a jornada de trabalho deverá ser compatível com as condições  
372 para realização das refeições pelos servidores, a fim de atender a essa preocupação. Nesse  
373 sentido, o texto alternativo estabelece que a comunidade deve levar em consideração os dados e  
374 informações já sistematizados pelos planos de execução local na organização e orientação  
375 durante os meses de abril e maio. A área proponente concorda com a redação alternativa  
376 apresentada por Daniel Pansarelli. Na sequência, passa-se à proposta de novo artigo que versa  
377 sobre a prorrogação da vigência dos planos de execução locais por 30 dias, a contar da  
378 publicação da minuta em pauta, bem como reforça a retomada do atendimento presencial a partir  
379 de 1º de junho. Sobre isso, Daniel Pansarelli entende que ela é oposta ao que se estabelece nos  
380 parágrafos 2º e 3º, do Art. 2º. Mantém sua posição sobre os parágrafos mencionados e sugere que  
381 a decisão pela adoção de uma proposta ou outra seja realizada pelo ConsUni. Dada a  
382 divergência e a necessidade de votação, o presidente informa sobre a necessidade de promover a  
383 minuta para a Ordem do Dia, visto que as discussões estão avançadas. Não havendo quem se

384 opusesse ao proposto, o documento é promovido para a Ordem do Dia. Já na Ordem do Dia, o  
385 presidente encaminha a votação: Proposta 1 - adoção dos parágrafos 2º e 3º, no Art. 2º, que  
386 tratam da orientação e garantia de que a ampliação do trabalho presencial das áreas deve ser  
387 condicionada à divulgação dos protocolos gerais de biossegurança, não havendo mais o que se  
388 falar em planos de execução locais; ou Proposta 2 - adoção do novo artigo proposto pelos  
389 técnicos-administrativos, que versa sobre a prorrogação da vigência dos planos de execução  
390 locais por mais 30 dias, a contar da publicação do documento em discussão, caso seja aprovado.  
391 Em votação, com 25 votos favoráveis, vence a Proposta 1, adotando-se os parágrafos 2º e 3º, no  
392 Art. 2º. A Proposta 2 recebeu 12 votos. Não foram manifestas abstenções. Findas as discussões e  
393 consignadas todas as sugestões acatadas pela relatoria, o presidente encaminha o documento  
394 como um todo para votação. Em votação, a resolução que suspende o plano de retomada da  
395 UFABC é aprovada, tendo sido manifestas 4 abstenções. Em declaração de voto, a representação  
396 dos técnicos-administrativos manifesta sua abstenção ao documento pelo fato de não  
397 concordarem com a suspensão do plano, bem como por acreditar que seus anseios não foram  
398 atendidos no documento ora aprovado. O presidente agradece pelo empenho e dedicação de  
399 todos, destacando o respeito às categorias, bem como a busca pelo melhor resultado possível  
400 para a comunidade UFABC. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o  
401 presidente agradece a presença de todos e encerra a sessão às 18h38. Do que para constar, nós,  
402 Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e  
403 Katia Tonello Semmelmann, assistentes em administração, em conjunto com a secretária-geral,  
404 Carolina Moutinho Duque de Pinho, lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo  
405 Conselho.

**Fabiane de Oliveira Alves**  
Chefe da Divisão de Conselhos

**Jeanderson Carlos de Souza Silva**  
Assistente em Administração

**Katia Tonello Semmelmann**  
Assistente em Administração

**Carolina Moutinho Duque de Pinho**  
Secretária-Geral